



Fazendários em pauta

Fábio Macêdo: é fundamental que a Reforma Tributária preserve a autonomia dos municípios

O presidente da Federação Nacional de Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e presidente do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afremsindical), Fábio Macêdo, vem acompanhando atentamente as propostas de Reforma Tributária, que estão em tramitação na Câmara Federal (PEC 45/19) e no Senado (PEC 110/19), e atualmente a nova PEC 46/22, que pretende alterar o Sistema Tributário Nacional.

Em entrevista, ele explica que se o parlamento quiser beneficiar os 5.568 municípios na Reforma Tributária é fundamental que o texto da proposta “preserve a autonomia municipal na tributação sobre o consumo, na regulamentação, na arrecadação e na fiscalização”. E argumenta: “Constitui retrocesso federativo aumentar a dependência de repasse de outros entes para os municípios”. Conheça a entrevista abaixo.

1. A nova PEC 46/22, que pretende simplificar o ICMS e o ISS, será benéfica para os municípios?

Fábio Macêdo - A PEC 46/22, oriunda da Campanha Simplifica Já, preserva o principal imposto municipal, o ISS, juntamente com seu potencial de crescimento na receita tributária própria. Tal proposta é defendida pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) por entender que promove a simplificação do Sistema Tributário e garante a competência municipal da tributação sobre o setor de serviços.

2. Quais as expectativas da Reforma Tributária neste novo Congresso Nacional, já que as duas propostas - as PEC 110/19 e a PEC 45/19, no Senado e na Câmara, respectivamente, estão tramitando há anos?

FM - O novo governo convidou o economista Bernard Appy para ser o secretário extraordinário da Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda, um dos idealizadores da PEC 45. Acredita-se que as duas principais propostas de criação de um Imposto sobre Valor Agregado (Iva) amplo, PEC 45/19 e 110/19, sirvam de base da Reforma Tributária a ser apoiada pelo governo federal.



3. O que é necessário para que a Reforma Tributária, que está tramitando no Congresso, beneficie os municípios brasileiros?

FM – É fundamental que preserve a autonomia municipal na tributação sobre o consumo, na regulamentação, na arrecadação e na fiscalização, de forma efetiva, bem como garanta o potencial de crescimento da receita tributária e própria dos municípios, como ocorre com o ISS. Constitui retrocesso federativo aumentar a dependência de repasse de outros entes para os municípios.

4. Para o cidadão, qual o benefício que a Reforma Tributária poderá trazer?

FM - O cidadão espera uma maior simplicidade, mais transparência e, se possível, uma diminuição da carga tributária. Atualmente é factível alcançar a simplificação e a transparência. Em relação à diminuição da carga tributária, de uma forma geral, acredito que seja difícil em virtude das demandas sociais.



Nova PEC pretende alterar o Sistema Tributário Nacional e simplificar imposto sobre consumo

Protocolada no final do ano passado, a nova PEC 46/2022 vai simplificar o ICMS e o ISS, unificando as leis estaduais do Distrito Federal e dos municípios. A proposta foi apresentada pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), com o objetivo de realizar uma alteração no Sistema Tributário Nacional, no que diz respeito à cobrança dos impostos sobre o consumo.

A PEC foi subscrita por outros 36 senadores. O parlamentar espera que a unificação das leis e a simplificação dos tributos passe a beneficiar os cidadãos e o setor produtivo. O texto prevê uma Reforma Tributária nos moldes elaborados pelos estudos técnicos que resultaram na campanha “Simplifica Já”. Tem por objetivo enfrentar alguns problemas da tributação no país: o ICMS; o PIS e a COFINS não-cumulativa; o ISS e a desoneração parcial da folha de pagamento.

A proposta do “Simplifica Já” teve o apoio da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf); do Fórum Nacional de Secretários de Fazenda e Finanças; da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e do Distrito Federal (Anafisco), de outras entidades de classe e do setor privado.

O senador Oriovisto acredita que as principais PECs sobre Reforma Tributária, que atualmente tramitam na Câmara (PEC 45/2019) e no Senado (PEC 110/2019), não avançaram porque representam risco a determinadas atividades econômicas e às finanças de alguns entes subnacionais, pois transferem carga tributária entre os setores da indústria e de serviço e transferem a base de cálculo de impostos entre estados e municípios. Sem esses problemas, segundo o parlamentar, a nova proposta de simplificação do ICMS e do ISS terá mais facilidade de ser aprovada.

Conheça um resumo sobre a PEC 46/22

1

SIMPLIFICAÇÃO - A proposta da PEC 46/22, que pretende simplificar o imposto sobre consumo, explica que há atualmente 27 legislações estaduais e do DF que tratam do ICMS e milhares de leis municipais sobre ISS. A proposta propõe que sejam substituídas por duas — uma para cada imposto — com abrangência nacional.

2

CARGA TRIBUTÁRIA - A proposta não altera a carga tributária, nem prevê a geração de novas despesas para o Tesouro Nacional.

QUEM VAI GERENCIAR - A gestão da mudança de padrão do ICMS e do ISS, com a unificação do processo, será gerida pelo conjunto dos estados e dos municípios.

3

LOCAL DE DESTINO - A PEC estabelece a cobrança de ICMS e ISS no local de destino do consumo e o valor dos impostos ficará sempre explícito em cada produto.

4

ALÍQUOTAS - Não haverá unificação de alíquotas. Elas continuarão sendo determinadas e ajustadas pelas leis dos estados, do DF e dos municípios. A PEC prevê a criação de câmara de compensação para reduzir desequilíbrios de alíquotas entre estados.



Depois da eleição para a mesa diretora, Congresso recomeça as negociações para a Reforma Tributária

Fevereiro é o mês que começa o ano legislativo no Congresso Nacional. Na primeira semana, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foram reeleitos para um mandato de dois anos. É neste contexto que as negociações para a Reforma Tributária recomeçaram.

Há pelo menos duas décadas, o Congresso debate as reformas. Duas propostas estão com as tramitações bem evoluídas: a PEC 110/19, do Senado, e a PEC 45/19, da Câmara Federal. O ministro da Economia, Fernando Haddad, já informou que neste primeiro semestre o governo enviará uma proposta para ser apreciada.

A articulação pela reforma está em andamento por parte do governo federal. O secretário extraordinário para a Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reuniu-se recentemente com o deputado Baleia Rossi e o relator da PEC 110, senador Roberto Rocha (PTB-MA), além do relator

da PEC 45, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL) e com secretários de Fazenda dos estados.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a questão agora é saber se a Reforma Tributária começará na Câmara ou no Senado. Ele disse que o texto vai aproveitar aspectos da PEC 45/19, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que simplifica o Sistema Tributário Nacional pela unificação de tributos sobre o consumo, e da PEC 110/19, do Senado, para dar mais agilidade à tramitação da matéria.

“Tem coisas muito boas do ponto de vista do Pacto Federativo na proposta da PEC 110, como tem coisas muito relevantes na PEC 45, que trata mais da certificação dos tributos. Não será uma nova PEC”, disse em entrevista à Agência Senado. Já sobre o novo arcabouço fiscal, que vai substituir a disciplina de teto de gastos, Guimarães informou que uma proposta deve ser apresentada até julho.

Marcos Cintra: Reforma Tributária só terá alguma chance se não agredir Pacto Federativo

Em recente artigo divulgado pelo Portal Consultor Jurídico, o professor e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, defendeu que a Reforma Tributária não pode agredir o Pacto Federativo.

“A primeira lição, que assimilei após alguns anos de bateção de cabeça, é não agredir nosso Pacto Federativo. Certo ou errado, em nossa Constituição as competências tributárias foram repartidas e distribuídas entre os três níveis federativos, ou seja, União, 27 estados e 5.570 municípios”, reforçou.

O professor afirmou que propôs, na década de 1990, um imposto único nacional achando que conseguiria suplantar uma tradição que vem desde a Constituição de 1891. “Não há como alterar isso por conta de uma revisão tributária. E há justificativas plausíveis para essa impossibilidade, qual seja, a opção exigida pelos governos eleitos de poderem formular democraticamente suas próprias políticas tributárias”.





Entidades nacionais do fisco reúnem-se para debater PECs do Senado

O presidente da Federação Nacional de Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e presidente do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afremsindical), Fábio Macêdo, e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e do Distrito Federal (Anafisco), Cássio Vieira, reuniram-se no dia 23 e 24/1 para debater a PEC 110/19, referente à Reforma Tributária, e a PEC 46/22, que altera do Sistema Tributário Nacional, ambas tramitam no Senado. O encontro foi realizado na sede do Afremsindical, em Recife.

Estiveram presentes o vice-presidente da Fenafim, Arthur Mattos, auditor fiscal de Salvador e diretor de Assuntos Parlamentares e Relação Regional da Associação Baiana de Auditores Fiscais Municipais (Abam – Salvador); o presidente do Sindifim João Pessoa, Breno Cavalcanti Fernandes; o auditor

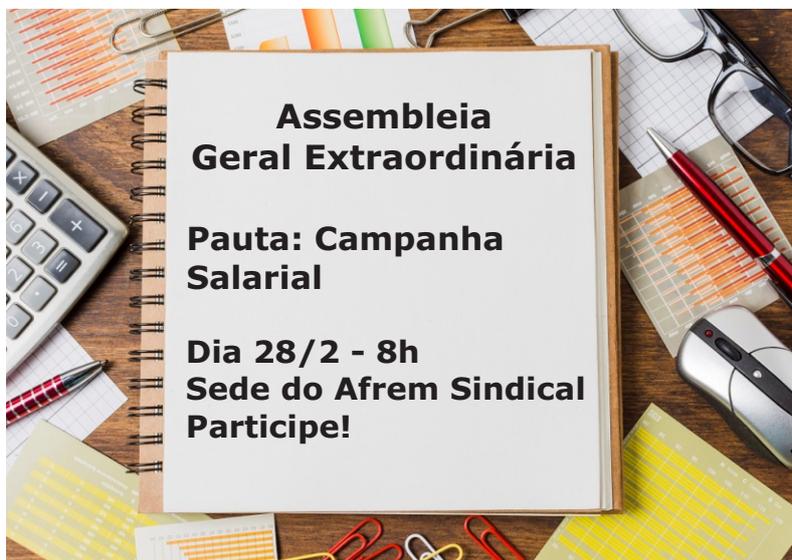


fiscal de João Pessoa, Antônio Aldrin da Silva Myra; e o secretário-geral do Afremsindical, João Victor de Araújo. Na reunião do dia 24, participou também o diretor Administrativo-financeiro do Afremsindical, Luiz Ferreira.

Campanha salarial dos fazendários do Recife é debatida em Assembleia

No dia 30 de janeiro, em Assembleia Geral Extraordinária, a direção do Sindicato dos Fazendários do Município do Recife (Afremsindical) debateu sobre a campanha salarial com a categoria. As negociações com a Prefeitura do Recife continuam.

O presidente da entidade, Fábio Macêdo, reuniu-se com a secretária de Finanças, Maíra Fischer, duas vezes. Ele apresentou as diretrizes da campanha salarial, envolvendo reestruturação remuneratória, bem como as propostas para estimular a arrecadação e melhorar a eficiência da administração tributária.



Expediente

Fazendários em Pauta - **Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - Afremsindical**
Edição: fevereiro/2023

Rua Professor Andrade Bezerra,
64, Parnamirim, CEP.: 52.060-270
Fones: 81 3441.6044 | 99756.0826
www. afremsindical.org.br
afremsindical@afremsindical.org.br
Diretoria Executiva Biênio: 2022/2023
Presidente: **Fábio Macêdo**
Secretário-geral: **João Victor**

Dir. de Assuntos Sindicais: **Filipe de Pinho**
Dir. Social: **José Anchieta**
Dir. Aposentados: **Antônio Gomes**
Dir. Administrativo-financeiro: **Luiz Ferreira**
Suplentes: **Ana Carolina e Hélio Max**
Jornalista responsável e Edição: **Andréa Pessoa**
e-mail: **andrea.pessoa14@gmail.com**
Projeto gráfico e diagramação: **Alexandre Oliveira**
e-mail: **alexandre@afrem.org.br**